



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

(Reunião 06-11-2014)

Pág. 1

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta Cidade de Sines e Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a **REUNIÃO Ordinária** da Câmara Municipal de Sines, estando presentes.....

PRESIDENTE: - NUNO JOSÉ GONÇALVES MASCARENHAS, que presidiu aos trabalhos.

VEREADORES: - FERNANDO MIGUEL RAMOS
- MARISA FILIPA DOS SANTOS RODRIGUES DOS SANTOS
- FILIPA MARTA TORRES FARIA
- HÉLDER ALEXANDRE GIL GUERREIRO
- JOSÉ MANUEL GUERREIRO ARSÉNIO
- MARIA CRISTINA CANDEIAS SANTA BÁRBARA

Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Ponto de situação referente aos episódios dos maus cheiros em Sines

Ponto 2 - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal - Reposição da Taxa de IVA nos Serviços de Alimentação e Bebidas na Restauração e na Hotelaria

Ponto 3 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Proposta de acordo de pagamentos a celebrar com a empresa Luís Manuel Martins Pereira, Sociedade Unipessoal, Lda

Ponto 4 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Hipoteca do lote 164 da ZIL-II

Ponto 5 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Autorização para transmissão do Direito de Superfície constituído sobre o lote 22 da ZIL I, por doação

Ponto 6 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Pedido de redução de valor do direito de superfície do lote 109 da ZIL – II

Ponto 7 - Serviço de Educação - Apoio Financeiro a atribuir ao Agrupamento de Escolas de Sines para o ano letivo de 2014/2015 - Minuta de protocolo de colaboração

Ponto 8 - Serviço de Aquisições e Gestão de Contratos - Aquisição de serviços na modalidade de tarefa para a área da rede viária - Mário João Figueiredo Rodrigues

Ponto 9 - Biblioteca Municipal - Proposta para exibição do Filme “Os Maias”

Ponto 10 - Gabinete Jurídico - Proposta de Regulamento de Toponímia



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 2 de 17

- Ponto 11 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada "Reparação e Beneficiação da Cantina da Escola Primária n.º 1" -----
- Ponto 12 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção provisória da Empreitada "Repavimentação de ruas na Aldeia de Porto Covo" -----
- Ponto 13 - Serviço de Empreitadas - Conta final e auto de receção provisória da Empreitada " EX-IP8 e Avenida General Humberto Delgado - lombas, guardas e pavimentação da Rotunda do Farol" -----
- Ponto 14 - Serviço de Empreitadas - Conta Final e auto de receção provisória da Empreitada "Execução de acesso ao pavilhão desportivo - Cidade Desportiva de Sines";
- Ponto 15 - Serviço de Empreitadas - Receção definitiva da Empreitada "Consolidação e Drenagem da Falésia da Zona dos Penedos" -----
- Ponto 16 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada " Obras de Alteração na Rua Capitães de Abril n.º 49 r/ch, em Sines" -----
- Ponto 17 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada "Reparação e Beneficiação do Muro da Falésia" -----
- Ponto 18 - Serviço de Empreitadas - Plano de Trabalhos da Empreitada " Execução da Variante de acesso da EX-IP8 à ZIL – II -----
- Ponto 19 - Serviço de Empreitadas - Relatório Final das propostas para execução da Empreitada " Execução da rede de drenagem de esgotos domésticos e pluviais do Pavilhão Multiusos de Sines" -----
- Ponto 20 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada " Rua José Martins Ferreira - Arranjos Exteriores" -----
- Ponto 21 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada " Rotunda na Avenida D. Pedro I com a Rua Maria Lamas" -----
- Ponto 22 - Gabinete Jurídico - Parecer referente enquadramento da pretensão apresentada pela "Escape - Sociedade Campismo ao Ar Livre, Lda" -----
- Ponto 23 - Junta de Freguesia de Melides - Pedido de isenção de taxas referente a afixação de pendões -----
- Ponto 24 - Serviço Administrativo da DGT - Mapa de alvarás de construção, comunicações prévias emitidas no mês de outubro de 2014 -----
- Ponto 25 - Divisão de Gestão Territorial - Proc.º relativamente ao prédio sito na Rua Cândido dos Reis n.º 16-16 A, em Sines -----
- Ponto 26 - Unidade de Gestão Financeira - Antecipação da Renda CEP 2014 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 3 de 17

O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram horas: -----

I - Período antes da ordem de trabalhos: -----

Munícipe – Miguel Seno - Representante da Empresa “Fourwinds” -----

O munícipe indagou a câmara de qual o ponto da situação de um assunto que já está há algum tempo a tentar resolver que é o da possibilidade de montar uma casa de apoio à sua atividade no jardim público de Porto Covo. Disse que já adquiriu em tempos um pré-fabricado para aí poder guardar o material que trabalha diariamente, contudo a câmara não lhe dá a autorização necessária, sendo que se sente bastante prejudicado uma vez que este é um problema que já vem do anterior executivo camarário, tendo este inclusive autorizado que colocasse o pré-fabricado no local pretendido, tendo celebrado um contrato de comodato para o efeito e posteriormente o atual executivo não permite a colocação do referido equipamento no local pretendido. -----

O Sr. Presidente respondeu dizendo que a parcela de terreno que o munícipe pretendia para colocar o pré-fabricado integra o Jardim Municipal do Porto Covo, ao que a câmara não pode dispor da mesma para os efeitos pretendidos. Mais referiu que a câmara está na disponibilidade de conversar com o munícipe de forma a chegarem a um acordo sobre a localização do equipamento. -----

Mais disse que o munícipe não tem razão ao referir que a câmara em nada o tem ajudado, sendo que ele está a desenvolver a sua atividade de forma gratuita. Ainda referiu que a gestão do Jardim público é da Junta de Freguesia de Porto Covo. -----

O Munícipe referiu que paga anualmente um valor monetário á junta de freguesia de Porto Covo para ali desenvolver a sua atividade, e inclusive as instalações abertas ao público na Docapesca/casas de banho públicas de Porto Covo, é ele que assume os encargos com água e eletricidade em troca de guardar naquele local algum, do equipamento que utiliza. -----

O Sr. Presidente mais uma vez disse que estava disponível para conversarem e tentar resolver o problema. -----

Munícipe – Carina Marques -----

Indagou a câmara sobre se esta já recebeu o dinheiro do seguro do pavilhão do carnaval. -----

O Sr. Presidente respondeu que o seguro já tinha sido pago e que as obras de recuperação do pavilhão se iriam iniciar, não inviabilizando com isso o próximo carnaval; sendo que se as obras não estiverem concluídas a tempo de poderem começar aí a desenvolver os projetos para o carnaval de 2015, será noutra local, à semelhança do que aconteceu em 2014. -----

O Sr. Vereador da CDU quis saber se há ou houve no passado recente esgotos a correr para o mar, nomeadamente na Praia Vasco da Gama.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 4 de 17

O Sr. Presidente disse que não há nenhum problema, referindo que houve duas avarias nas bombas elevatórias da Docapesca, mas que esta foi informada, bem como a Delegada de Saúde e a Associação de Armadores, mas que já se encontra tudo resolvido.-----

A Sr.ª Vereadora Filipa Faria referiu que dificilmente irá acontecer outra situação idêntica, pois face a esta avaria foram reparadas as duas bombas elevatórias e foi adquirida uma outra, pelo que pensa que situação idêntica à que ocorreu estará salvaguardada. -----

O Sr. Vereador da CDU quis colocar algumas questões relativas ao Teatro do Mar, designadamente pagamentos em atraso no âmbito de protocolo de colaboração, assim como a problemática das instalações da associação, sendo que esta não continua a ter instalações fixas o que leva a vários constrangimentos, nomeadamente, à limitação da própria atividade da associação e limitações em termos de candidaturas a fundos do estado da cultura e fundos comunitários. -----

Face à importância da Associação Contra Regra para a comunidade justificava-se que a CMS ajudasse esta entidade a adquirir um equipamento, que em tempos se orçamentou em 70.000,00€ (setenta mil euros). -----

O Sr. Presidente respondeu que relativamente ao Protocolo de Colaboração a questão está relacionada com dificuldades de tesouraria, contudo a câmara tem tentado pagar com a regularidade possível.. -----

No que concerne às instalações fixas do teatro do Mar, o Sr. Presidente referiu que já há alguns anos que este problema subsiste, contudo não é agora no espaço de um ano que se consegue encontrar espaços para o Teatro do Mar, que sejam adequados com as suas atividades. A solução tem que ser encontrada dentro de uma zona que permita reunir todos os equipamentos da associação, designadamente, onde se façam os ensaios. -----

A Sr.ª Vereadora Marisa Rodrigues dos Santos, eleita pelo Movimento SIM, disse que os executivos anteriores tiveram sempre a preocupação de dotar todas as associações de condições para desenvolverem o seu trabalho, sendo certo que a solução para o Teatro do Mar é mais complexa que as demais, atentas as suas necessidades específicas, designadamente no que se refere ao espaço para ensaios e espaço da armazenagem de equipamentos, cenários e guarda - roupa. Em determinada altura, a Câmara conseguiu chegar a um acordo com a Associação Contra Regra relativamente ao espaço adequado para o efeito, tendo-se concluído pelo edifício do antigo Centro Recreativo Sineense, o que motivou a aquisição do imóvel para esse fim por parte do município. Tal projeto viria a ficar sem efeito, na medida em que a própria associação, depois de analisar em maior detalhe as suas necessidades e as possibilidades de aproveitamento do imóvel, concluiu que o mesmo não tinha características adequadas para ali poderem desenvolver todo o seu trabalho. Viriam a instalar-se nos armazéns propriedade da Brites, e que teve o desfecho súbito e inesperado que todos



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 5 de 17

conhecem, e que obviamente levou a que, num curto espaço de tempo, fosse necessário encontrar um espaço para aí o teatro desenvolver a sua atividade, o que foi bastante complicado sendo os antigos edifícios centenários da escola primária a solução imediata, o que levou a que aí se instalassem provisoriamente. -----

A instalação de um pré – fabricado na área de logradouro da antiga escola primária, poderia ser uma solução viável para, no curto prazo, resolver os problemas desta relevante associação.

Mais disse que estava de acordo com o que o Sr. Vereador Hélder referiu, sendo certo que, não obstante ter consciência das dificuldades que se colocam tendo em conta as já mencionadas necessidades específicas da associação, é urgente encontrar uma solução que sirva os interesses da associação. -----

Relativamente à questão dos subsídios a Sr. Vereadora Marisa referiu que a questão do incumprimento é uma questão que se coloca, não só relativamente ao Teatro do mar, como a todas as demais associações, sendo que a maioria não tem protocolo firmado, o que é preocupante e deve ser resolvido no curto prazo. -----

A propósito de instalações para as associações, a Sr.ª Vereadora Marisa indagou a câmara sobre de qual a solução para as Danças Recreativas Sineense, sendo que o anterior executivo tinha acordado com a associação na cobertura do antigo tanque do pavilhão dos desportos. ---

O Sr. Presidente respondeu que relativamente às danças de salão as obras para tapar o tanque eram bastante dispendiosas, para além de tal intervenção impedir a continuidade dos treinos de tumbling por parte da Academia de Ginástica pelo que ficou sem efeito esta intervenção. --

O Sr. Presidente disse que com o novo equipamento propriedade da Junta de Freguesia de Sines, a câmara pensou que o salão do povo seria uma hipótese para as danças de salão, contudo esta não é uma solução imediata. -----

A Sr.ª Vereadora Maria Cristina Santa Bárbara, eleita pelo Movimento SIM, solicitou esclarecimentos sobre a questão do Protocolo entre a Câmara Municipal e a GALP para o ano de 2014, tendo em conta que, deste ato, depende a atribuição de subsídios às associações e coletividades, o que nesta ocasião representaria um apoio de elevada importância face à ausência dos apoios da Câmara Municipal, consubstanciados nos protocolos de colaboração para 2014, ainda por concretizar. -----

O Sr. Presidente respondeu dizendo estava agendado para este mesmo dia, uma reunião com o Presidente da GALP – Eng.º Ferreira de Oliveira, a qual não se veio a concretizar, mas que iria ser agendada nova reunião para breve. -----

Após intervenção dos munícipes e período antes da ordem do dia, foi aprovada a ata n.º 26/2014 da Reunião de Câmara Extraordinária do dia 31 de Outubro, sendo que de seguida



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 6 de 17

deu-se início à Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada em minuta as seguintes deliberações: -----

II – Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1 - Ponto de situação referente aos episódios dos maus cheiros em Sines -----

Relativamente a esta temática o Sr. Presidente referiu que no dia 19 de Outubro houve mais um episódio de maus cheiros o que tem causado alguma perturbação de mau estar junto da população. O executivo teve oportunidade de acompanhar esta situação durante a noite, vendo a origem dos ventos, que fazia com que a intensidade dos odores não fosse normal. Era perceptível que os cheiros tinham várias origens, como sendo enxofre e hidrocarbonetos, tendo sido efetuados vários contatos com algumas unidades industriais e com a APA. -----

No dia 24 de Outubro a câmara reuniu com algumas das unidades industriais do concelho e nessa sequência foi enviado um ofício ao ministério do ambiente. -----

Mais referiu que têm sido efetuadas algumas vistorias a empresas sediadas no concelho, sempre acompanhadas com a autoridade de saúde com o sentido de tentar saber a proveniência dos cheiros. -----

A própria APA desresponsabiliza-se da sua própria autoridade, de fiscalização o que torna as coisas mais difíceis, contudo acreditamos que os últimos contatos possam surtir alguns efeitos. Da reunião que a câmara teve com as várias unidades industriais do concelho ficou definido que irá haver uma apresentação pública em que todas as entidades irão apresentar sinteticamente as medidas que têm tomado no sentido de minorar situações como aquelas que se têm verificado. Mais disse que a maior parte das empresas, à exceção das Águas de St.º André, continuam a ter uma postura de indiferença, o que do ponto de vista da câmara é inadmissível. -----

Mais disse que a câmara irá recorrer a todos os meios que estiverem ao n/alcance, e a câmara não irá abdicar de defender os interesses da população. -----

A Sr.ª Vereadora Filipa Faria acrescentou que a câmara Municipal de Sines não tem poderes inspetivos e/ou de fiscalização, nem tão pouco sancionatórios; -----

Compete-lhe denunciar junto das entidades competentes as situações relacionadas com os maus cheiros e poluição nas suas mais variadas vertentes, designadamente à Agencia Portuguesa do Ambiente/IGAMAOT [Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território] sendo que a primeira encontra-se sobre a tutela da segunda; --- Estas entidades mostram-se desinteressadas e invocam o cumprimento da lei por parte das empresas do complexo. As empresas quando confrontadas afirmam o mesmo. -----

Face a este estado de coisas e porque parece não existir legislação para a temática dos cheiros industriais ou outros a câmara foi obrigada a adotar uma estratégia. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 7 de 17

Em primeiro lugar e constatando a dificuldade de reunir provas porque, ao contrário da qualidade do ar, o cheiro não é mensurável procurou-se junto do Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos da PGR ajuda para combater o problema. Não é possível medir o cheiro e comprovar que esse cheiro é tóxico e prejudicial à saúde mas conseguimos afirmar que ele incomoda uma população inteira. -----

Ao que sabemos foi instaurado um processo de averiguações/accompanhamento, quer na perspetiva da responsabilidade criminal, quer ainda na perspetiva da tutela da saúde pública. -

Por seu turno da análise sumária da questão também constatámos que a legislação está desadequada e beneficia os infratores. Por um lado parece não existir legislação que se aplique a situações de cheiros e por outro lado a que se aplica à qualidade do ar está desadequada porque não consagra a realização de análises a todos os parâmetros que entendemos serem necessário. -----

Por via disso, dirigimo-nos ao grupo parlamentar do ambiente junto da Assembleia da República para sensibilizar os senhores deputados para a questão da alteração legislativa. Entretanto, quer a PGR, quer esta comissão têm sido informadas dos desenvolvimentos desta questão, designadamente do último episódio de maus cheiros sentidos em Sines. -----

Em simultâneo foi decidido pelo executivo da CMS estabelecer relações de proximidade com as empresas no sentido de as sensibilizar para a tomada de medidas que no imediato minimizem a incomodidade dos cheiros. -----

Recuperou-se o COMSINES. -----

Realizaram-se várias reuniões e visitas nas empresas com várias entidades públicas incluindo as licenciadoras. -----

Destas variadas reuniões conseguimos que a Adsa realizasse investimentos que estavam prometidos desde 2003, a Petrogal irá realizar um estudo sobre a cobertura de OPv e o COMSINES propõe-se realizar um estudo de odores. -----

Por fim, espera-se que a própria população adquira, de uma vez por todas, um sentimento de maior pró-atividade porquanto é a comunidade que é em si mesma a verdadeira lesada pelos incómodos e maus – cheiros. De futuro não será despidendo ponderar que seja a própria Câmara a intentar uma ação popular que permita que os cidadãos se coliguem e que se consiga chegar a conclusões efetivas por recurso ao Tribunal. -----

A Sr.ª Vereadora Marisa Rodrigues dos Santos, eleita pelo Movimento SIM, no uso da palavra disse, que a as Vereadoras do Movimento SIM solicitaram o agendamento de uma reunião de câmara extraordinária pública para debate desta matéria, para que as pessoas interessadas pudessem participar e também para que ficassem elucidadas dos esforços que a câmara tem feito no sentido de resolver este problema. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 8 de 17

Mais disse que registam com algum desagrado que o executivo não tenha entendido por dar satisfação a esse pedido, e que tenha optado por colocar esta temática numa reunião ordinária, e a uma hora que limita a participação das pessoas. Mais disse saber que a CMS tem, nesta matéria, as suas competências bastante limitadas, na medida em que não tem competências específicas em matéria ambiental, designadamente de fiscalização.-----

Contudo a Câmara é a entidade que tem por missão defender o interesse público e os interesses específicos desta população e, a verdade, é que ao longo de todos estes anos de laboração e crescimento do polo económico de Sines, a Câmara Municipal tem sido a entidade que mais tem salvaguardado os direitos dos munícipes em matéria ambiental com a colaboração da assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e população.-----

Mais disse que o executivo deve assumir uma posição de convergência e união, pois já se percebeu que a única entidade que quer, efetivamente, ver este problema resolvido é a CMS (e naturalmente os demais órgãos e autarquias locais do município), porque as outras estão pouco ou nada interessadas, como é o caso da APA, que sempre manifestou um profundo desrespeito pelo município e pela sua população, desde logo pela sua ausência sistemática nas reuniões realizadas ao longo dos anos acerca da matéria, tendo sido igualmente notória a sua atitude de alguma displicência aquando da elaboração do PUZILS e, designadamente, no que respeitou ao Plano de Monitorização Ambiental.-----

Ainda referiu que, para além da convergência e união entre os eleitos, é necessário também encontrar uma forma de envolver a população no sentido de dar mais força a esta justa reivindicação e, designadamente, os trabalhadores do próprio complexo industrial que também são munícipes e também sentem os efeitos de toda esta problemática. -----

Mais disse que há muito trabalho feito no passado e que o caminho que o município está agora a trilhar já foi trilhado pelos anteriores executivos, designadamente no que respeita à audição e sensibilização das diversas entidades e empresas para a necessidade de resolução urgente deste problema. O próprio GISA foi uma resposta que o município encontrou para fazer face a este problema, no sentido de garantir o estudo e apuramento de resultados que permitissem fundamentar a exigência do município relativamente à realização dos investimentos necessários para solucionar a questão. O GISA, sendo um projeto pioneiro e referenciado como boa prática a nível internacional, envolvendo as várias entidades relevantes na matéria, é um projeto cuja continuidade e aprofundamento dos respetivos estudos, é imperioso e o município deveria ser o principal garante dessa continuidade. O próprio PUZILS e o Plano de Monitorização Ambiental que lhe está associado, são instrumentos importantíssimos na gestão ambiental e devem ser colocados ao serviço da defesa dos interesses desta população.-----

Mais referiu não compreender algumas das afirmações proferidas, designadamente quanto ao estudo de odores a desenvolver para o concelho de Sines. Se é certo que tal estudo global ao



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 9 de 17

nível do concelho, é importante, não menos certo é que existe já um estudo realizado pela ADSA, circunscrito ao próprio sistema, que contém conclusões muitíssimo relevantes ao nível da identificação dos problemas e das respetivas soluções, sendo que tais conclusões seriam suficientes para que o município direcionasse já a sua luta no sentido da reivindicação da realização imediata de todos os investimentos identificados como necessários ao suprimento das deficiências do sistema. O estudo existe, tem conclusões, aponta soluções e é do conhecimento da Câmara, pelo que o município deveria estar já no plano da exigência de concretização de todas as soluções (investimentos) no mesmo preconizadas.-----

Mais, regista que a informação prestada pelo Sr. Presidente é vaga e incompleta, o que não se compreende tendo em conta o agendamento deste ponto na ordem de trabalhos. O Sr. Presidente refere que, na sequência destes episódios, foram solicitados diversos elementos à ADSA e à APA – Quais? O município já obteve resposta? Que resposta? Refere que a ADSA já efetuou alguns investimentos e que outros estarão em curso? Quais? Qual a calendarização para a execução dos mesmos? Refere a realização de vistorias a várias empresas. Que empresas? Quais os resultados? -----

A inclusão deste tema na ordem de trabalhos tinha como objetivo esclarecer todas estas questões e, afinal, esse esclarecimento não se verifica. -----

Ainda relativamente às reuniões que o Sr. Presidente referiu que teve, a Sr.ª Vereadora questionou o motivo pelo qual a oposição não esteve presente, sendo que entende que essas reuniões deveriam ser abertas a todos os eleitos, à semelhança do que aconteceu no passado. -

Ainda em relação à sessão pública que o Sr. Presidente mencionou, as Vereadoras congratulam-se com a realização da mesma. -----

O Sr. Vereador da CDU no uso da palavra referiu que tivemos presente um exercício elucidativo do que tem acontecido, e o resultado do que tem sido feito é nulo. Disse que o importante não é saber quem são os culpados, mas sim encontrar soluções para resolver o problema. -----

Referiu que a CDU está disponível para convergir com todas as forças políticas para resolver este problema e que é preciso uma nova abordagem a esta matéria, porventura com exposição pública. -----

As vereadoras eleitas pelo Movimento SIM replicaram, expressando a sua indignação pelas afirmações do vereador Hélder, as quais não correspondem à verdade. Como já foi referido, a situação ambiental do município melhorou substancialmente (existem dados científicos objetivos que o comprovam) e quer o GISA, quer o PUZILS e respetivo Plano de Monitorização Ambiental, constituem ferramentas absolutamente fundamentais para salvaguardar os interesses do município em matéria ambiental e tudo isto foi assegurado pelos executivos anteriores. Para além disso, é de sublinhar, que também se ficou a dever à ação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 10 de 17

executivos anteriores o impedimento da concretização de alguns projetos em Sines, cujos impactos ambientais seriam desastrosos, como foi o caso da Central de Ciclo Combinado da GALP junto à Praia de S. Torpes e a Refinaria do Patrick Monteiro de Barros, ambos com impactos diretos e muito negativos sobre o concelho e, principalmente, sobre a cidade de Sines. Estes projetos, desastrosos para Sines, só não foram concretizados pela ação da Câmara que se muniu de conhecimento técnico – científico (contratando peritos para o efeito) que lhe permitiu defender a insustentabilidade dos mesmos, o que viria a ser acatado pela administração central. -----

O Sr. Presidente referiu mais uma vez que é pretensão da câmara fazer uma apresentação pública sobre esta temática, com a presença de todas as entidades, sendo importante a presença da população. -----

No entanto não quis deixar de referir que no espaço de um ano já foi feita alguma coisa, nomeadamente a selagem da caixa do sistema neutralizador de odores da Barbuda que está muito degradada e que durante uma década não sofreu qualquer beneficiação.. -----

Mais disse que é evidente que este problema da poluição não se resolve em um/dois anos, mas prevê que as coisas possam melhorar. -----

Ponto 2 - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal - Reposição da Taxa de IVA nos Serviços de Alimentação e Bebidas na Restauração e na Hotelaria -----

Presente ofício da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), ent. nº 14548, de 07.10.2014, a informar da petição entregue na Assembleia da República relativamente à reposição da taxa do IVA nos serviços de alimentação e bebidas na restauração e na hotelaria. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

A Sr.ª Vereadora Marisa Rodrigues dos Santos ausentou-se da Reunião, por estar impedida de participar na discussão e votação dos três pontos seguintes, na medida em que as propostas em análise foram elaboradas por si na qualidade de técnica superior da Câmara Municipal. ---

Ponto 3 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Proposta de acordo de pagamentos a celebrar com a empresa Luís Manuel Martins Pereira, Sociedade Unipessoal, Lda -----

Presente informação do Gabinete de Apoio ao Empresário (reg. nº 11414, de 20.10.2014) a propor acordo de pagamentos de créditos existentes por parte da empresa “Luís Manuel Martins Pereira, Sociedade Unipessoal, Lda.”, no âmbito do processo especial de revitalização em curso. -----

Atendendo á urgência do processo o Sr. Presidente aprovou a proposta em 20.10.2014, pelo que a presente é proposta para ratificação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 11 de 17

Deliberação: Ratificada a proposta por unanimidade. -----

Ponto 4 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Hipoteca do lote 164 da ZIL-II -----

Presente informação nº 88/GAE/2014, do Gabinete de Apoio ao Empresário (reg. nº 14953/2014, de 16.10.2014) propondo, com base em parecer favorável, a autorização de hipoteca do lote 164 da ZIL II conforme pretensão do superficiário. -----

Deliberação: Aprovada a proposta por unanimidade. -----

Ponto 5 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Autorização para transmissão do Direito de Superfície constituído sobre o lote 22 da ZIL I, por doação -----

No seguimento de requerimento apresentado pelo Sr. Joaquim Patrício, superficiário do lote 22 da ZIL I, a solicitar autorização para transmissão do direito de superfície constituído sobre o lote 22 da ZIL I a favor da sua neta, mediante doação, foi emitido parecer pelo Gabinete de Apoio ao Empresário (reg. nº 10788/2014, de 03.10.2014) a propor a referida autorização. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

A Sr.ª Vereadora Marisa Rodrigues dos santos retomou a Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 6 - Gabinete de Apoio ao Empresário - Pedido de redução de valor do direito de superfície do lote 109 da ZIL - II -----

Na sequência do pedido de redução do valor de direito de superfície do lote 109 da ZIL II efetuado pela Empresa "Vasco Louro, Comércio de Peixe, Lda.", foi elaborado parecer nº 93/GAE/2014 pelo Gabinete de Apoio ao Empresário (reg. nº 11763, de 28.10.2014) no sentido de ser aprovada a redução por dois anos, com os fundamentos constantes do referido parecer. ---

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 7 - Serviço de Educação - Apoio Financeiro a atribuir ao Agrupamento de Escolas de Sines para o ano letivo de 2014/2015 - Minuta de protocolo de colaboração -----

Presente proposta nº 53/SE/2014 do Serviço de Educação (reg. nº 10987, de 09.10.2014) no sentido de ser atribuído apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Sines para o ano letivo 2014/2015, no valor total de 28.375,00€ (vinte e oito mil, trezentos e setenta e cinco euros). --

As Sr.ªs Vereadoras eleitas pelo Movimento SIM manifestam estar de acordo com a proposta apresentada, mas tendo em conta o apuramento negativo dos fundos disponíveis votam contra a proposta, na medida em que a assunção de novos compromissos sem que se verifiquem fundos disponíveis, carece do respetivo suporte e enquadramento legal, acarretando responsabilidades, de diversa ordem aos elementos do executivo. -----

O Sr. Vereador da CDU vota contra, tendo em conta o financiamento das escolas por parte das câmaras, que defende que deve ser garantido na íntegra pelo Ministério da Educação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 12 de 17

Deliberação: Aprovado por maioria, com os votos contra das Sr.ªs Vereadoras eleitas pelo Movimento SIM e Sr. Vereador da CDU. -----

Ponto 8 - Serviço de Aquisições e Gestão de Contratos - Aquisição de serviços na modalidade de tarefa para a área da rede viária - Mário João Figueiredo Rodrigues -----

Presente informação n.º 161/SAGC/2014 do Serviço de Aquisições e Gestão de Contratos (reg. n.º 10962, de 08.10.2014) a propor a anulação do procedimento contratual devido a falta de entrega dos documentos de habilitação. -----

O Sr. Vereador da CDU referiu que tendo em conta a importância de um calceteiro para a câmara, espera que esta proceda a nova contratação. -----

O Sr. Vice – Presidente reconheceu a recomendação do Sr. Vereador, referindo que a câmara tem intenção de abrir novo procedimento contratual caso seja legalmente possível. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, a anulação do procedimento contratual. -----

Ponto 9 - Biblioteca Municipal - Proposta para exibição do Filme “Os Maias” -----

Presente proposta da Biblioteca municipal (reg. n.º 100041, de 12.09.2014), a propor a apresentação do Filme “Os Maias” para o público em geral e sete turmas do ensino secundário no dia 14 de janeiro de 2015. A apresentação terá encargos para a CMS nomeadamente dormidas, refeições e custos associados a cada sessão de apresentação para as escolas. -----

As Sr.ªs Vereadoras eleitas pelo Movimento SIM e Sr. Vereador da CDU reconhecem a importância desta obra literária junto da comunidade educativa, contudo, tendo em conta o apuramento negativo dos fundos disponíveis votam contra a assunção do compromisso nesta data, por inexistência de enquadramento e suporte legal. -----

Deliberação: Aprovado por maioria, com os votos contra das Sr.ªs Vereadoras do Movimento SIM e Sr. Vereador da CDU. -----

Ponto 10 - Gabinete Jurídico - Proposta de Regulamento de Toponímia -----

Presente proposta do Regulamento de Toponímia para o Concelho de Sines. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 11 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada "Reparação e Beneficiação da Cantina da Escola Primária n.º 1" -----

Presente informação n.º 243/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. n.º 11510, de 22.10.2014), a informar do auto de receção definitiva em 20.10.2014 referente à empreitada referenciada, adjudicada à Empresa “Pidwell & Barbosa, Lda.” -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 13 de 17

Ponto 12 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção provisória da Empreitada "Repavimentação de ruas na Aldeia de Porto Covo" -----

Presente informação nº 239/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. nº 11353, de 17.10.2014), a informar do auto de reção provisória da empreitada referenciada. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 13 - Serviço de Empreitadas - Conta final e auto de receção provisória da Empreitada " EX-IP8 e Avenida General Humberto Delgado - lombas, guardas e pavimentação da Rotunda do Farol" -----

Presente informação nº 240/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. nº 15061, de 17.10.2014), a informar do auto de receção provisória da empreitada referenciada. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 14 - Serviço de Empreitadas - Conta Final e auto de receção provisória da Empreitada "Execução de acesso ao pavilhão desportivo - Cidade Desportiva de Sines"

Presente informação nº 238/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. nº 11342, de 17.10.2014), a informar do auto de receção provisória da empreitada referenciada. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 15 - Serviço de Empreitadas - Receção definitiva da Empreitada "Consolidação e Drenagem da Falésia da Zona dos Penedos" -----

Presente informação nº 229/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. nº 11208, de 15.10.2014), a informar do auto de receção definitiva da empreitada referenciada. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 16 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada " Obras de Alteração na Rua Capitães de Abril n.º 49 r/ch, em Sines" -----

Presente informação nº 230/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. nº 11219, de 15.10.2014), a informar do auto de receção definitiva da empreitada referenciada. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 17 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada "Reparação e Beneficiação do Muro da Falésia" -----

Presente informação nº 231/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. nº 7502, de 15.10.2014), a informar do auto de receção definitiva em 14 de Outubro de 2014 da empreitada referenciada.

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 14 de 17

Ponto 18 - Serviço de Empreitadas - Plano de Trabalhos da Empreitada " Execução da Variante de acesso da EX-IP8 à ZIL – II -----

Presente informação n.º 228/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. n.º 11178, de 14.10.2014), a informar o plano de trabalhos apresentado pela Empresa "Protecnil, S.A." respeitante à empreitada referenciada. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 19 - Serviço de Empreitadas - Relatório Final das propostas para execução da Empreitada " Execução da rede de drenagem de esgotos domésticos e pluviais do Pavilhão Multiusos de Sines" -----

Presente relatório final das propostas para execução da empreitada referenciada. -----

As Sr.ªs Vereadoras eleitas pelo Movimento SIM e Sr. Vereador da CDU aprovam favoravelmente, devendo a adjudicação ficar condicionada à verificação de fundos disponíveis, de forma a salvaguardar o cumprimento das disposições previstas na LCPA. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 20 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada " Rua José Martins Ferreira - Arranjos Exteriores" -----

Presente informação n.º 251/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. n.º 11873, de 30.10.2014), a informar do auto de receção definitiva em 24 de Outubro de 2014 da empreitada referenciada.

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 21 - Serviço de Empreitadas - Auto de receção definitiva da Empreitada " Rotunda na Avenida D.Pedro I com a Rua Maria Lamas" -----

Presente informação n.º 250/SE/2014 do Serviço de Empreitadas (reg. n.º 11871, de 30.10.2014), a informar do auto de receção definitiva em 29 de Outubro de 2014 da empreitada referenciada.

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 22 - Gabinete Jurídico - Parecer referente enquadramento da pretensão apresentada pela "Escape - Sociedade Campismo ao Ar Livre, Lda" -----

Na sequência do pedido efetuado pela Empresa "Escape – Sociedade de Campismo ao Ar Livre, Lda." (ent. n.º 1949, de 04.02.2014), para aprovação do projeto de arquitetura de alterações/ampliação para o Parque de Campismo localizado na Herdade de Morgavel, Concelho de Sines, foi elaborado parecer técnico pela Divisão de Gestão Urbanística no qual é apresentada proposta de reconversão do Parque de Campismo existente de 1*, com uma área aprovada de 25000,00m2, para 3* incidindo sobre os mesmos 25000,00m2. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 15 de 17

Na sequência do parecer emitido pela Divisão de Gestão Urbanística foi elaborado parecer jurídico, sendo que nos termos do mesmo: -----

“Não tendo sido formulado qualquer quesito a que cumpra responder diretamente, procedeu-se à análise do enquadramento, em sede de Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território, com jurisdição sob a área de localização do Parque em apreço, designadamente do Plano Diretor Municipal (PDM), concluindo-se pela correção do enquadramento feito pela técnica. -----

No que se refere à proteção dos direitos legitimamente adquiridos pelos proprietários, porque anteriores a 1991 (data da entrada em vigor do PDM), importa esclarecer que encontram enquadramento e proteção legal nas normas fixadas no art. 60º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo DL 555/99, de 16 de dezembro, na redação conferida pelo DL 26/2010, de 30 de março, nos termos do qual “as edificações construídas ao abrigo do direito anterior e as utilizações respetivas não podem ser afetadas por normas legais e regulamentares supervenientes”. -----

Mais, nos termos do mesmo artigo, a lei (posterior) pode impor condições específicas para o exercício de certas atividades em edificações já afetadas a tais atividades ao abrigo do direito anterior, como parece ser o caso. -----

Salvo melhor entendimento, este é o meu parecer que se submete, porém, à consideração superior.” -----

Sr.ª Vereadora Filipa Faria referiu que licenciar estes 2,5 hect é benéfico para o Parque de Campismo e para a Praia de S. Torpes, sendo que finalmente este equipamento pode ter a dignidade que não teve até agora. -----

O Sr. Presidente referiu que é fundamental requalificar o Parque de Campismo, para bem da população e do concelho de Sines. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 23 - Junta de Freguesia de Melides - Pedido de isenção de taxas referente a afixação de pendões -----

Presente pedido da Junta de Freguesia de Melides (ent. n.º 15723, de 30.10.2014) para afixação de publicidade/pendões no concelho de Sines, publicitando a feira anual daquela freguesia a decorrer nos próximos dias 14, 15 e 16 de Novembro. Mais foi solicitado a isenção das correspondentes taxas. -----

O Sr. Presidente referiu que a aprovação do pedido de isenção do pagamento de taxas fica condicionada a parecer jurídico sobre a possibilidade de isenção de taxas no contexto pretendido. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 16 de 17

Ponto 24 - Serviço Administrativo da DGT - Mapa de alvarás de construção, comunicações prévias emitidas no mês de outubro de 2014 -----

Mapa de Alvarás de Construção emitidos no período de 01.10.2014 a 31.10.2014. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

Ponto 25 - Divisão de Gestão Territorial - Proc.º relativamente ao prédio sito na Rua Cândido dos Reis n.º 16-16 A, em Sines -----

Presente parecer nº 133/14 da Divisão de Gestão Territorial (reg. nº 12041/2014, de 05.11.2014), a propor, com base no presente parecer técnico fundamentado, a permuta do imóvel sito na Rua Cândido dos Reis, 16 e 16-A, de propriedade do Sr. João José da Silva Raposo, pelo lote F06.5 do Loteamento Municipal da Zona Poente de Sines, de propriedade municipal, sendo que no seguimento de negociações com o Sr. João da Silva Raposo e no sentido de chegar a uma solução mais célere e menos onerosa para o município é proposto o seguinte: -----

1. Revogação das deliberações de câmara de 16 de fevereiro de 2012 e de 23 de abril de 2012 que estabelece o ato administrativo que ordena a posse administrativa do imóvel sito na Rua Cândido dos Reis, 16 e 16-A; -----

2. Aprovação da permuta do imóvel sito na Rua Cândido dos Reis, 16 e 16-A, de propriedade do Sr. João José da Silva Raposo, pelo lote F06.5 do Loteamento Municipal da Zona Poente de Sines, de propriedade municipal, deduzido do valor da demolição; -----

3. Pagamento de tornas à Câmara Municipal de Sines, por parte do Sr. João José da Silva Raposo, no valor de 23 044,98 €, que corresponde à diferença entre os valores apurados nos termos do número anterior e o valor do lote F06.5. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 26 - Unidade de Gestão Financeira - Antecipação da Renda CEP 2014 -----

Presente informação nº 53/UGF/2014 da Unidade de Gestão Financeira (reg. nº 12072, 04.11.2014), a propor a solicitação à EDP do valor da antecipação de 300.000€ da renda CEP 2014, até ao final do corrente mês, verba esta que em caso de não utilização por necessidade superveniente, transitará como saldo da gerência, assim como solicitação à EDP do valor do pagamento do remanescente da renda CEP 2014 até 15 de Janeiro de 2015. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

III – Encerramento: -----

E, não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião eram 19h00m. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

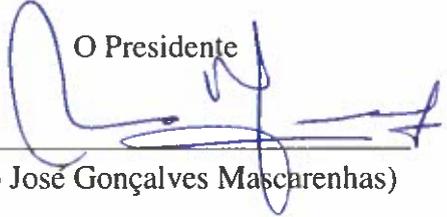
ATA N.º 27/2014

Reunião (06.11.2014)

Pág. 17 de 17

E eu, Helena Isabel Silva Santos Leal.,
Helena Isabel Silva Santos Leal, Técnica Superior de Direito, que lavrei a presente ata, a
subscrevo.-----

O Presidente


(Nuno José Gonçalves Mascarenhas)